

**Ensino médio e superior público de São Paulo:  
o contraste entre as políticas curriculares meritocráticas e as políticas afirmativas**

*Public high school and college in São Paulo:  
the contrast between meritocratic curriculum policies and affirmative policies*

*Enseñanza media y superior pública en São Paulo: el contraste entre políticas curriculares  
meritocráticas y políticas afirmativas*

Vinicius de Oliveira Aversa<sup>1</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

José Gilberto de Souza<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**Resumo:** O artigo apresenta uma avaliação acerca da importância das políticas de cotas para a democratização do ensino superior. A partir da análise quantitativa são analisadas as diferenças de desempenho entre os alunos oriundos de escola pública e escola privada no estado de São Paulo, considerando ainda as declarações étnicas apresentadas, quando da inscrição do sistema de vestibulares da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A pesquisa se insere no projeto Escola: neoliberalismo, necropolítica e os processos de resistência, que investiga os dados de exclusão e as resistências sociais que classes e grupos étnicos buscam estabelecer no enfrentamento das políticas neoliberais aplicadas na educação. Examinamos os resultados dos postulantes nas provas de 2010 a 2018, com a finalidade de averiguar qual política determinou o acesso de estudantes egressos das escolas públicas paulistas na universidade pública. Para tanto, foram analisadas as políticas de inclusão adotadas pela UNESP em 2010 e em 2014, em contraponto às políticas curriculares do estado de São Paulo, implementadas sob o discurso de melhoria da escola pública. Demonstramos que o aumento do percentual dos convocados que cursaram o ensino médio em escolas públicas foi ampliado, de 30% em 2010 para 44% em 2018, e esse aumento só foi possível porque o programa de reserva de vagas assegurou o acesso destes candidatos. Destacamos ainda a permanência das diferenças de desempenho entre alunos pretos e brancos e que a política de reserva de vagas produziu um pequeno aumento de convocações de alunos pretos, que estudam majoritariamente em escolas públicas. Estes resultados evidenciam que a luta e as estratégias de organização social das comunidades pretas, na consolidação de políticas afirmativas, são fundamentais para o acesso ao ensino superior público.

**Palavras-chave:** Desempenho escolar. Ação afirmativa. Acesso ao ensino superior. Política de cotas.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: [vinicius.aversa@gmail.com](mailto:vinicius.aversa@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5539170059759074>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2894-7434>.

<sup>2</sup> Professor Associado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP) Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: [jg.souza@unesp.br](mailto:jg.souza@unesp.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2791262886000362>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5961-714X>.

**Abstract:** This study evaluates the importance of quota policies for the democratization of higher education. In a quantitative analysis, we analyzed the differences in performance between students from public and private schools in the state of São Paulo, also considering ethnic self-declarations in applications for the vestibular system of the Universidade Estadual Paulista (UNESP). This research is part of the project School: neoliberalism, necropolitics, and the processes of resistance, which investigates data on exclusion and the social resistance classes and ethnic groups seek to establish in confronting the neoliberal policies applied to education. We examined candidates' results in the exams from 2010 to 2018 to investigate which policy determined the access of students from public schools in São Paulo to the public university. To this end, we analyzed the inclusion policies adopted by UNESP in 2010 and 2014 in contrast to the curriculum policies of the state of São Paulo, implemented under the discourse of improving public schools. We show that the percentage of vestibular candidates who attended secondary education in public schools increased from 30% in 2010 to 44% in 2018, and that this was only possible because a vacancy reservation program ensured access to these candidates. We also highlight the maintenance of performance differences between Black and white students, and the slight increase, produced by this vacancy reservation policy, in the number of Black students, who mostly come from public schools, admitted to the university. These results show that the struggle and social organization strategies of Black communities, in the consolidation of affirmative policies, are fundamental for their access to public higher education.

**Keywords:** School performance. Affirmative Action. Access to higher education. Quota policy.

**Resumen:** El artículo presenta una evaluación de la importancia de las políticas de cuotas para la democratización de la educación superior. A partir de un análisis cuantitativo se analizan las diferencias de rendimiento entre alumnos de la escuela pública y de la escuela privada del estado de São Paulo, considerando también las declaraciones étnicas presentadas al inscribirse en el sistema vestibular de la Universidade Estadual Paulista (UNESP). La investigación forma parte del proyecto Escuela: neoliberalismo, necropolítica y procesos de resistencia, que investiga los datos de la exclusión y las resistencias sociales que las clases y grupos étnicos buscan establecer para enfrentar las políticas neoliberales aplicadas a la educación. Examinamos los resultados de los postulantes en los exámenes de 2010 a 2018, con el fin de averiguar qué política determinó el acceso de los estudiantes egresados de las escuelas públicas de São Paulo en la universidad pública. Para ello, se analizaron las políticas de inclusión adoptadas por la UNESP en 2010 y en 2014, en contraposición a las políticas curriculares del estado de São Paulo, implementadas bajo el discurso de la mejora de la escuela pública. Demostramos que el aumento del porcentaje de quienes cursaron el bachillerato en escuelas públicas se amplió, pasando del 30% en 2010 al 44% en 2018, y este aumento sólo fue posible porque el programa de reserva de plazas garantizó el acceso de estos candidatos. También destacamos la permanencia de las diferencias de rendimiento entre los alumnos negros y blancos y que la política de reserva de plazas produjo un pequeño aumento de las convocatorias de alumnos negros, que estudian mayoritariamente en centros públicos. Estos resultados muestran que la lucha y las estrategias de organización social de las comunidades negras, en la consolidación de las políticas afirmativas, son fundamentales para el acceso a la educación superior pública.

**Palabras clave:** Rendimiento escolar. Acción afirmativa. Acceso a la educación superior. Política de cuotas.

---

**Recebido em:** 20 de dezembro de 2021

**Aceito em:** 28 de janeiro de 2022

---

## Introdução

A discussão que promovemos neste artigo está situada sobre o descompasso existente entre as esferas de ensino público e privado no que se refere ao acesso, via vestibular, às universidades públicas. Tendo como base empírica de análise o desempenho apresentado pelos alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas nos exames vestibulares da Universidade Estadual Paulista (UNESP) no período de 2010 a 2018, demonstra-se como as diferenças de resultados entre estas duas dimensões do ensino médio vêm se acentuando nos últimos anos. Este dado ratifica os problemas centrais das políticas neoliberais na escola pública e coloca em cheque seu papel social como direito, consolidando a educação como serviço-mercadoria.

O contexto histórico da educação estadual paulista está demarcado pelo conjunto de políticas neoliberais que foram introduzidas no Brasil a partir dos anos 1990, e neste aspecto pretendemos apontar os principais impactos destas políticas centradas na perspectiva curricular assentada nas “competências e habilidades” que desnudam a secundarização de conteúdos e os limites de educação voltada ao mercado de trabalho e não à formação geral, crítica e emancipatória. Os conceitos de “competências e habilidades”, em verdade, mascaram o neotecnicismo a partir do discurso das “metodologias ativas” e “inovações”, fundamentadas na corrente pedagógica denominada no Brasil de Escolanovismo, que tem suas raízes no pragmatismo pedagógico dos estadunidenses John Dewey e Jerome Bruner, de caráter liberal e meritocráticos. (ALBUQUERQUE, et. al, 2021).

Em poucas palavras podemos resumir o neoliberalismo como uma doutrina político-econômica que tem como centralidade as privatizações, a mercantilização da vida e a liberalização de mercado (HARVEY, 2005, DARDOT, LAVAL, 2016). Hoje, o modelo de educação pública é visto como uma nova fronteira a ser explorada pelo capital (SOUZA, 2021), um mercado que agrega diversos setores e milhões de pessoas. Esta investida do projeto neoliberal no setor educacional vem erigindo novas frentes de ataque à educação pública que, por sua vez, demandam novas medidas das instituições responsáveis pela regência e organização do aparato federal, estadual e municipal de educação.

O governo do estado de São Paulo ao longo dos últimos 30 anos tem implementado um conjunto de políticas educacionais que obedecem esta lógica, imprimindo nas escolas estaduais práticas meritocráticas de gerenciamento empresarial da estrutura escolar. Baseados em sistemas de avaliação em massa e bonificação, como paliativo ao aviltamento dos salários e redução de direitos, estes Governos promoveram a fragmentação do currículo e a homogeneização dos conteúdos escolares. Estas estratégias

estão articuladas à culpabilização docente sobre o desempenho e qualidade do ensino, ao discurso de que as políticas curriculares melhorariam a qualidade do processo educativo, propalando o fim das diferenças do que é ensinado em cada escola. A resposta à suposta melhoria estaria vinculada às mensurações do grau de eficiência de ensino nos conteúdos propostos pelos currículos oficiais do estado. Assim, a partir de um sistema de verificação que se realiza pela aplicação de provas em larga escala, baseadas em testes que possam gerar índices e servem de referência para as “novas políticas públicas a serem adotadas”. (SANFELICE, 2010). Tais mecanismos desconsideram que estas mensurações são falseadas por “cursos e aulas” preparatórias especificamente para os exames, o que denota a “cegueira” sobre como se estabelece o “chão de escola”.

As políticas neoliberais, originadas a partir da década de 1990, reforçam a ideia de uma gestão gerencial e tecnicista da educação pública, baseada em planos de metas subserviente a Conferência Mundial da Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia (1990). Estas políticas tiveram forte apoio dos principais organismos internacionais em sua elaboração e implementação em diversos países, como o Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Coordenação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CARVALHO; RUSSO, 2014, ALBUQUERQUE, et. al., 2021).

De outro lado, a comunidade da escola pública (estudantes, professores e pais de alunos), ao se deparar, hodiernamente, com a realidade concreta da ineficiência das reformas curriculares, observa como estas a distanciam da formação nos padrões mínimos exigidos pelos vestibulares das universidades, como cerceiam seu acesso ao ensino superior público, exigindo que a comunidade consolide uma disputa direta de entrada a partir de políticas afirmativas.

As ações afirmativas passaram a ser implementadas como mecanismo de equalização do acesso às universidades dos diferentes extratos sociais e étnicos. Revelaram-se em caráter positivo e emergencial, diante de uma estrutura socioeconômica que impede a condição de igualdade formativa no que tange a educação escolar, fato que se coaduna aos indicadores de desigualdade racial e social na estrutura socioeconômica brasileira. Segundo dados divulgados pelo IBGE (2018), entre os anos de 2005 e 2015 o percentual de pretos nas universidades aumentou de 5,5% para 12,8%, contudo esse percentual se relativiza com a expansão do sistema público universitário ocorrido neste período, considerando que o crescimento de ingresso para os brancos no mesmo intervalo de tempo foi de 26%. Estes dados apontam para a necessidade de ampliação das políticas de promoção da igualdade e combate à desigualdade não somente nas universidades brasileiras, mas em todos os ambientes formais ou informais, institucionais, civis ou políticos, uma vez que a distribuição

dos cargos das profissões de maior prestígio econômico e social não estão disponíveis, por exemplo, aos pretos. Como asseveramos, mesmo em governos trabalhistas, quando tais programas são dinamizados eles não alteram significativamente o quadro social (racial) de empregabilidade e formação, denotando a permanência de populações excluídas, o que não rompe com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Diante destas diferenças estruturais, qual o papel do Estado e do poder público para proporcionar melhores condições de inserção às classes menos favorecidas? Corroboramos com a tese de que

Não basta que o Estado se abstenha de discriminar ou de tratar desigualmente, mas é necessário que atue positivamente no sentido de reduzir desigualdades sociais. Assim agindo, a concretização do princípio constitucional da igualdade apresenta-se para o poder público como objetivo que deve ser consolidado a partir de dois enfoques: proibição da discriminação e adoção de medidas concretas que reduzam a desigualdade (HAAS; LINHARES, 2012, p. 849).

Decorre deste quadro que as mudanças estruturais necessárias na sociedade brasileira, vislumbradas a partir de 2012, quando foi sancionada a Lei de Cotas (Lei Federal nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências), estão longe eliminar as práticas étnico-raciais segregacionistas existentes no país.

A Lei de Cotas, um importante marco político para a ampliação do acesso às universidades públicas por pretos e indígenas, define que devem ser reservadas 50% das vagas em instituições federais de ensino superior e técnico ligadas ao Ministério da Educação para alunos de escola pública e, destes 50%, uma quantidade que represente a proporção de habitantes pretos e indígenas naquela unidade da federação deve ser reservada para estes candidatos. Entretanto, as instituições de ensino superior administradas por unidades da federação, ou pelo setor privado, não são abrangidas pela lei e por isso não possuem esta mesma obrigatoriedade.

Durante o amadurecimento do debate quanto às cotas no estado de São Paulo, diante a pressão social, outras propostas de políticas de inclusão foram pensadas, como o é o caso do Programa de Inclusão por Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP). Este programa sofreu forte resistência da comunidade acadêmica por não possuir um projeto de inclusão efetivo da parcela da população historicamente marginalizada do sistema de educação superior pública, criando ainda mais percalços para conclusão deste propósito.

As resistências pela implementação da política de cotas nas universidades e instituições de ensino superior públicas paulista não tiveram a mesma força quando se estabeleceu o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>3</sup>, que em termos redistributivos é a política afirmativa de maior impacto em relação à educação superior, uma vez que o setor privado incorpora a grande maioria dos estudantes desta etapa de ensino. Percebe-se que o que está em jogo não é apenas o critério racial, mas de que maneira os recursos públicos são utilizados e qual o público beneficiado por estas políticas (LIMA, 2010). Só no ano de 2018 o ProUni havia concedido mais de 400 mil bolsas, sendo mais de 230 mil integrais, o que configura uma efetiva transferência de fundos públicos ao setor privado da educação.

### **A redoma se abre? A construção de uma política de inclusão efetiva**

As universidades públicas sempre foram vistas como se estivessem cobertas por uma redoma de vidro, isolando-as, em certos aspectos, da sociedade em geral. No caso da UNESP há, desde 1986, o Programa de Divulgação do Vestibular da UNESP, que tem o objetivo de ampliar a participação dos alunos das escolas públicas do estado no vestibular. O programa objetiva instruir os alunos quanto ao processo seletivo e recentemente (2010) as possibilidades de isenções de taxas de inscrição, num movimento que compreende que a maior participação de alunos egressos das escolas públicas paulistas no vestibular poderia aumentar o número de ingressantes oriundos da rede pública na universidade. Segundo Cury (2016), apesar do esforço na divulgação do vestibular, não houve grandes mudanças no percentual de estudantes das escolas públicas que ingressaram na Unesp. Diante deste quadro em 2019, firmou-se o convênio entre a UNESP-VUNESP e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo<sup>4</sup>, com o objetivo de promover um “programa de divulgação do Vestibular UNESP e a inclusão dos alunos da escola pública na Universidade”<sup>5</sup>. É neste contexto de pressões por políticas de inclusão nas universidades que se encontram as mudanças no processo vestibular da UNESP, tema central de nossa pesquisa.

---

<sup>3</sup> O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 20/10/2020

<sup>4</sup> Convênio firmado em 02/05/2019 e com vigência até 28/04/2019 Fonte: Cadastro de convênios, disponível em: <https://sistemas.unesp.br/convênios/publico/listaPublica.xhtml>. Acesso em: Janeiro 2020.

<sup>5</sup> O programa se estabelecia até então de forma não institucionalizada, as visitas ocorriam quando havia concordância dos Diretores das Unidades Escolares em receber os docentes e alunos da Unesp que faziam a divulgação.



Cabe destacar que antes deste convênio ser firmado em 2019, no ano de 2010 a VUNESP alterou o modelo do vestibular, sendo que a partir daquela edição passaria a ser realizado em duas fases: a primeira, constituída de uma prova de Conhecimentos Gerais (CG) e a segunda de uma prova de Conhecimentos Específicos (CE) e Redação. Esta mudança não era apenas estrutural, mas objetivava fundamentalmente uma aproximação dos conteúdos das provas dos vestibulares com o Currículo Estadual Paulista.

A primeira fase do vestibular, foco inicial de nossa investigação, é composta por 90 questões objetivas distribuídas igualmente entre as áreas específicas para o ensino médio segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Com esta mudança, pautada pela Resolução Unesp n.º. 50, de 13 de julho de 2009, em seu 11º artigo, a Unesp sinaliza uma aproximação explícita entre a elaboração das provas dos vestibulares e o conteúdo a ser ministrado na rede pública paulista.

Segundo Cury (2016) esta mudança na elaboração do vestibular da UNESP significaria uma ação para melhorar o desempenho dos alunos egressos das escolas públicas nos vestibulares, caracterizando-se assim como uma política afirmativa. O fato é que as análises de desempenho, como poderemos evidenciar, denotam que os problemas da escola pública e seu hiato com os níveis e ou padrões exigidos pelas Universidade públicas paulistas são mais profundos do que mudanças formais e com focos curriculares.

Outro aspecto central das políticas afirmativas implementadas pela Unesp decorre do fato de que no ano de 2014, a Universidade determina que, progressivamente, as vagas de seus cursos passariam a ser destinadas aos alunos oriundos de escola pública. Trata-se de uma conquista da luta dos movimentos sociais pela inclusão, quando passou a vigorar o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), como investida da VUNESP no sentido da democratização do acesso. No ano do estabelecimento do sistema (2014), a UNESP reservou 15% das vagas oferecidas em seus cursos de graduação para candidatos que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com o propósito de ampliar gradativamente até atingir 50% de suas vagas destinadas ao programa em 2018.

Neste sentido, analisamos os dados de desempenho dos estudantes nas provas aplicadas de 2010 a 2018, cabendo salientar que neste mesmo período a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP) tomou como principal referência para a implantação de novas políticas públicas o Índice de Desenvolvimento da Educação em São Paulo (IDESP)<sup>6</sup>, gerado a partir de sua Coordenadoria de Informação Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), por meio da

---

<sup>6</sup> O IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série/ano, num período de tempo ideal – o ano letivo.

Fonte: [http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica\\_2018.pdf](http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica_2018.pdf).

aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)<sup>7</sup> e da análise do fluxo escolar.

Com a centralização e padronização dos conteúdos, o sistema de avaliação em massa tornou-se o modelo pelo qual a qualidade do processo de ensino-aprendizagem passou a ser medida de forma direcionada. Um conjunto de testes vinculados aos textos e exercícios apresentados nas Currículo Estadual Paulista, “desconsiderando” que muitas das unidades escolares realizam pré-testes, aulas preparatórias e reforçam uma hierarquização e direcionamento de conteúdos, implementados de forma mnemônica baseadas em estímulo-resposta. Neste contexto, disciplinas como Matemática, Língua Portuguesa são privilegiados, enquanto artes, filosofia, sociologia, história, geografia passam a ser secundarizados. Por sua vez dois outros problemas se acentuam: o primeiro se refere ao sistema de avaliação quantitativa em que o desenvolvimento do pensamento e do raciocínio ficam secundarizados com os treinamentos de respostas, em uma lógica extremamente behaviorista); o segundo, se refere ao fato de que a dimensão de competências e habilidades é demarcada por um empirismo e senso comum que não promove processos de abstração e reflexão crítica sobre o real. Junte-se, ainda, que todo o coletivo de professores, coordenadores e dirigentes passa a ser pressionado por programas de recompensa, reforços lógicos meritocráticos que se reverberam em bonificações e sistemas de controle do trabalho docente, destacando que o desempenho implica na transferência de recursos também à unidade escolar. (FREITAS, 2018).

Os defensores da aplicação dos currículos padronizados pensam as instituições escolares como indiferenciadas entre si e partem do pressuposto de que seria possível superar todos os problemas da educação pública por meio do fornecimento dos mesmos “conteúdos” para todos, desconsiderando outros fatores externos a escola e que influenciam no processo de escolarização. Acabam, em verdade, interditando a possibilidade das mesmas produzirem seus currículos a partir das necessidades e contradições postas pela prática social na qual estão inseridas e que cotidianamente exigem novas respostas para a comunidade escolar. Assim, a política de ajustes curriculares implementada nos últimos trinta anos, como discurso de melhoria da escola e de ampliação de sua capacidade inclusiva se mostra ineficaz e contraditória.

---

<sup>7</sup> O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é uma prova aplicada com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista. Os resultados permitem à escola analisar o seu desempenho e, com o apoio da Secretaria da Educação, melhorar a qualidade de aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar. Fonte: <https://www.educacao.sp.gov.br/indices-educacionais>.



Segundos Freitas (2018) os programas adotados nos últimos anos pelo governo do estado de São Paulo na esfera educacional, como o programa “São Paulo Faz Escola”, em consonância com as reformas empresariais e as ambições do projeto privatista de educação, têm apenas estimulado a prática pedagógica meritocrática e a competição entre as escolas, por meio da adoção de um modelo gerencial e empresarial.

Azanha (2011) também nos alerta para o abstracionismo pedagógico na consecução de pesquisas baseadas em dados estritamente de ordem quantitativa que, descolados da realidade objetiva das escolas e indiferentes às condições de desigualdade, vem desenhando um quadro irreal da situação educacional do país. Neste contexto, os sistemas de avaliação em larga escala se tornam centrais para as políticas públicas educacionais sancionadas pelo governo do estado e os resultados destas avaliações pararam a ser referências para elaboração de propostas curriculares. Um círculo vicioso, como a que deu origem ao currículo oficial de 2010 e tomado como parâmetro para as mudanças no vestibular da UNESP, também adotadas a partir daquele ano.

No Relatório Anual de Vestibulares a VUNESP (2010) fundamenta as mudanças ocorridas como um movimento para adequar seus exames à realidade da educação pública.

Num momento em que se discute nas universidades e em toda a mídia a necessidade de adequar os exames vestibulares à realidade do ensino, a Unesp contribui com um exemplo concreto, mudando o próprio modelo, antes realizado em uma só fase, agora aplicado, sem divisão por área de conhecimento, em duas fases: a primeira em testes objetivos, destinada a selecionar, entre os numerosos candidatos inscritos, os mais preparados para disputar a segunda, de natureza discursiva e finalidade classificatória. [...] Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo já vêm sendo adotados há alguns anos nas escolas e deverão promover, a médio e longo prazos, uma verdadeira revolução no ensino nacional. Era imperiosa, portanto, a adequação imediata dos vestibulares a essa diretriz, já que podem representar igualmente um modo de aferir os resultados progressivos da nova concepção do ensino no Brasil. (VUNESP, p. 5, 2010).

Desta feita, passamos a perscrutar: quais os efeitos destas mudanças ocorridas? Quais seus rebatimentos no desempenho e, conseqüentemente, no acesso dos candidatos egressos das escolas públicas paulistas? Segundo a própria Fundação, o novo modelo do vestibular, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e na Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Médio, tem a intenção de aprimorar o processo seletivo para o ensino superior, atendo-se ao universo cultural do aluno egresso da educação básica.(VUNESP, 2010).

Como esta ação significava uma aproximação intencional entre o vestibular da UNESP e o ensino médio oferecido pela rede pública de educação básica, nosso trabalho foi orientado pela necessidade de identificarmos se a medida tomada pela VUNESP se efetivou como uma ação afirmativa, no sentido da ampliação do acesso ao ensino superior público por parte dos candidatos egressos das escolas públicas paulistas, ou se a tendência a democratização do acesso, observada nos últimos anos da pesquisa, foi assegurada por políticas afirmativas, como a política de reserva de vagas aos alunos oriundos do ensino público, que passou a vigorar em 2014.

Conceitualmente, partilhamos do entendimento de Oliven (2007) de que ação afirmativa se refere

a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (p. 30).

Assim, são apresentados os desempenhos dos candidatos no vestibular da UNESP, de 2010 a 2018. Os dados referentes aos vestibulares foram gentilmente cedidos pela VUNESP, compostos por tabelas anuais que continham as informações gerais de todos os candidatos inscritos naquele ano. Dentre as informações de cada candidato, além de seu resultado em cada fase do vestibular, separados por área, estavam as respostas ao questionário socioeconômico, aplicado pela VUNESP a todos os inscritos.

O item 9 (nove) do questionário socioeconômico identifica a procedência dos candidatos segundo sua trajetória no ensino médio. Esta questão permite segmentar os grupos de candidatos que cursaram o ensino médio majoritariamente em instituições públicas e os candidatos egressos das instituições privadas.

A questão 27 do questionário socioeconômico inquirir os candidatos sobre cor de sua pele segundo as classes adotadas pelo IBGE, logo, as respostas possíveis para esta pergunta são: branca; parda; preta; amarela e indígena. Vale ressaltar que o questionário é baseado na autodeclaração do candidato, podendo conter variações e imprecisões nos números absolutos, uma vez que não são dados obtidos a partir de uma investigação mais aprofundada e criteriosa sobre o perfil dos inscritos no vestibular<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que por ser autodeclaratório a Unesp passou a receber denúncias acerca de certas discrepâncias nas declarações étnico-raciais dos sujeitos com as características físicas de pretos e pardos, instaurando uma Comissão Temporária Assessora do CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, para tratar de assuntos étnicos (Portaria Unesp, de 6/12/2016).

Por meio da composição de uma matriz de banco de dados dos vestibulandos, foi possível comparar o desempenho de cada grupo por ano de processo seletivo, nos dando uma média histórica. O nível de detalhamento dos dados dos candidatos ao vestibular não nos permite desagregar aqueles que foram convocados à matrícula por meio do sistema de cotas ou pela concorrência ampla, contudo, associando os resultados de desempenho das provas às variações nas médias de inclusão dos grupos investigados, podemos identificar se o acesso se estabeleceu pelas políticas de reestruturação curricular do governo estadual, ou a partir de política de reservas ao ensino público, ou seja os aspectos centrados na meritocracia ou decorrente das lutas sociais por inclusão e implementação de políticas afirmativas.

## Resultados

Como salientado as reflexões de nossa pesquisa estão baseadas nos dados disponibilizados pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP) e pautaram-se na alegação de que a nova composição do vestibular representaria uma aproximação entre os conteúdos exigidos pela Fundação por meio de suas provas e a educação pública oferecida pelo estado de São Paulo, visto que, segundo as normativas que orientam a nova forma de elaboração do vestibular da UNESP, os conteúdos das provas devem alinhar-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (PCESP).

Esta mudança, que data de 2010, foi a primeira medida adotada pela Fundação com a intenção de democratizar o acesso à universidade pública. Uma política de aproximação curricular entre o vestibular e o ensino público que garantiria a inclusão com “mérito”.

A análise do vestibular, enquanto processo seletivo orientado por uma determinada concepção teórica, somado ao conjunto de informações quanto ao desempenho dos alunos por área e por recorte analítico, permitiu que respondêssemos a questão proposta no início de nossa investigação, que se trata de averiguar se de fato houve melhora no desempenho dos alunos egressos do ensino público diante do conjunto de programas curriculares implementados (LIMA, 2020; PARENTE, 2020). Em outras palavras, se as diferenças de desempenho entre os alunos de escola pública e da escola privada reduzissem ou desaparecessem caracterizaria uma mudança qualitativa no ensino e na aprendizagem. Nesta direção as mudanças propostas no

Vestibular da Unesp se consolidam em uma estratégia de política afirmativa vinculada ao ensino público, do contrário, os resultados manifestam a contínua exclusão dos estudantes do ensino médio das escolas públicas no sistema superior público paulista.

Na pesquisa consideramos como “oriundos das instituições públicas de ensino” aqueles candidatos que afirmaram terem cursado o ensino médio totalmente ou majoritariamente em escolas públicas. Do mesmo modo procedemos com os candidatos egressos das instituições privadas de ensino, considerando pertencentes a este grupo todos os candidatos que declararam terem cursado majoritariamente o ensino médio em escolas privadas.

O número de postulantes ao ingresso oriundos do ensino médio público em 2010 era de 29.075 candidatos, 41% do total, onde 16.960 se declararam do sexo feminino e 12.115 do sexo masculino, diferença de 40% entre os sexos. Ao final do processo seletivo daquele ano representaram 30% dos convocados à matrícula, ou seja, 14% dos candidatos que cursaram o ensino médio em instituições públicas foram aprovados no processo seletivo.

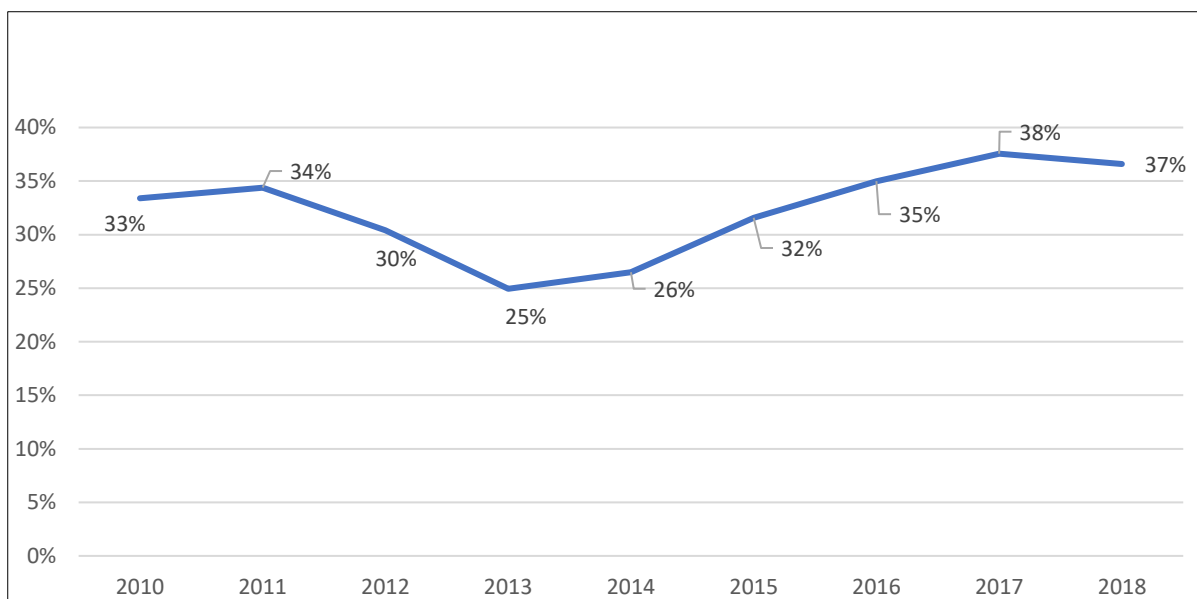
Em 2018 identificamos uma mudança significativa deste número, onde 40% dos candidatos (39.334), eram alunos egressos do ensino médio público, sendo 23.676 candidatas e 15.658 candidatos, 51% mais mulheres que homens. Do total de convocados à matrícula, 44% pertenciam a este grupo.

Constatamos então que os postulantes oriundos da rede privada em 2010 eram 42.435, 59% do total de candidatos, sendo 24.308 mulheres e 18.126 homens, ou seja, 34% mais mulheres que homens. Este grupo representou 70% do total de candidatos aprovados daquele ano. Considerando o total de candidatos que cursaram o ensino médio em escolas particulares, 22% destes foram aprovados no vestibular e, conseqüentemente, convocados à matrícula.

Em 2018, os candidatos egressos das escolas particulares eram 60% (59.313) dos postulantes, onde 23.394 eram homens e 35.919 eram mulheres, 54% de diferença. Apesar da proporção do número total de candidatos ter pouco se alterado, em relação aos números de 2010, a porcentagem de candidatos convocados à matrícula que compõem este grupo caiu para 56%. Neste ano, 17% dos candidatos egressos das escolas privadas foram aprovados, uma retração de 5 pontos percentuais.

Quando comparamos o desempenho obtido na primeira fase entre os candidatos egressos das escolas privadas e os candidatos egressos das escolas públicas, fica evidente que as distorções não foram corrigidas após a implementação do “novo vestibular”.

Gráfico 1 – Evolução do percentual de diferença de acertos entre candidatos egressos do sistema público e do sistema privado de ensino por ano na 1ª fase (2010 a 2018).



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. AVERSA, SOUZA, 2021.

No gráfico acima está representado a diferença percentual entre as médias de desempenho ao final da primeira fase. Fica evidente que, apesar da inflexão negativa entre 2012 e 2014, a tendência é a conservação das diferenças de desempenho dos grupos comparados em níveis superiores a 30% dos acertos nas questões.

Os candidatos egressos da rede pública, que teoricamente seriam os beneficiados pela mudança no vestibular, não obtiveram melhorias quanto ao seu desempenho na primeira fase, ampliando a diferença com relação aos egressos das escolas privadas de 33% para 37%, o que demonstra que o novo vestibular da UNESP como modelo que promova a melhor participação dos egressos das escolas públicas em seu processo seletivo não obteve impactos significativos nos resultados das provas. Repercuta considerar que as políticas educacionais implementadas nas escolas públicas, ainda que a Unesp tenha objetivado aproximar suas questões dos conteúdos e processos de aprendizagem apontados nas propostas curriculares, esse esforço não foi capaz de produzir nenhuma mudança no nível de formação dos estudantes. Cury e Souza (2015) ao analisarem os processos de desempenho dos estudantes no primeiro ano de implementação das políticas de aproximação do vestibular da Unesp ao currículo paulista indicam que

uma especificidade ocorreu no ano de 2010 quando o desempenho dos alunos matriculados, provenientes de escola pública foi 4% maior na questão dois com relação ao desempenho geral dos alunos matriculados, fenômeno que não havia sido observado no período de análise. Isto ocorreu também na

questão treze, embora em menor proporção, cerca de 1% a mais dos candidatos de escolas públicas. (CURY, SOUZA, 2015, p.3864).

Os autores apontam que somente pelo fato de que estas questões serem idênticas ao exercício apresentado no caderno dos estudantes (Currículo Estadual Paulista) é que permitiu um desempenho superior dos candidatos oriundos da escola pública em relação aos alunos das escolas privadas. O que em geral, no transcurso de tempo da análise não resulta em diferença das distâncias formativas destes dois grupos de vestibulandos.

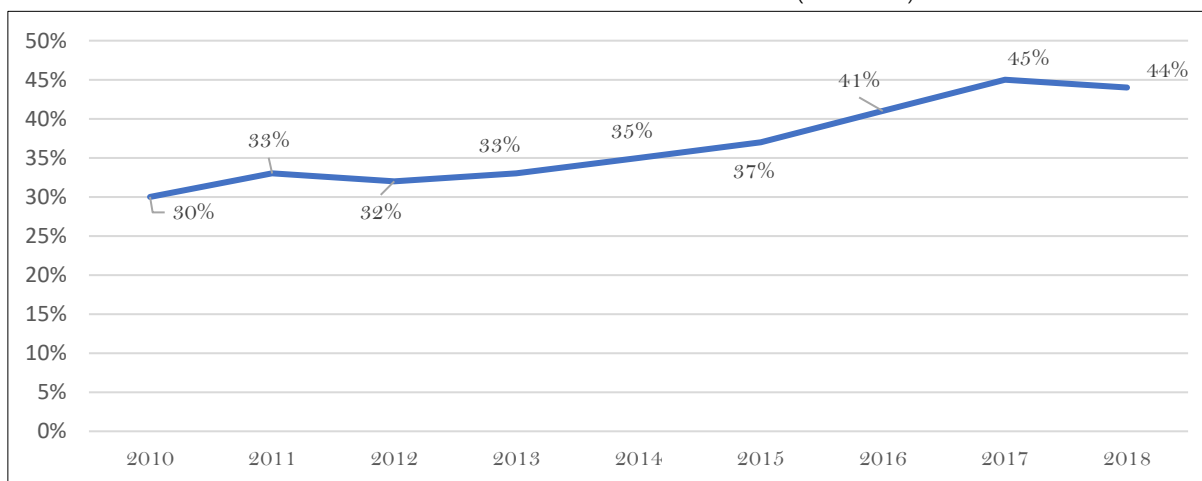
Na tabela 1 é possível demonstrar que a tendência à democratização do acesso não se estabelece a partir das políticas curriculares, diante de sua incapacidade de proceder a inclusão, mas na ampliação gradativa da política de reserva aos alunos do ensino público que atinge o total de 50% das vagas, no ano de 2018. Verifica-se que 70% de todos os candidatos que foram convocados à matrícula em 2010 tinham cursado majoritariamente o ensino médio em escolas particulares. Este número foi retraído para 56% em 2018. Consequentemente, os candidatos egressos da rede pública ampliaram sua porcentagem de convocação de 30% para 44% durante os anos da pesquisa (Gráfico 2).

Tabela 1 – Proporção de candidatos inscritos, convocados e sua variação por grupos analíticos - UNESP 2010 e 2018.

Grupos analíticos	2010 (A)		2018 (B)		Variação (A/B)	
	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.
Egressos EM Público	41%	30%	40%	44%	(-1%)	14%
Egressos EM Privado	59%	70%	60%	56%	1%	(-14%)

Fonte: Dados do vestibular da UNESP, 2020. AVERSA, SOUZA, 2021.

Gráfico 2 - Percentual de candidatos egressos de escola pública convocados à matrícula 2010 a 2018 – Universidade Estadual Paulista (UNESP).



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. AVERSA, SOUZA, 2021.



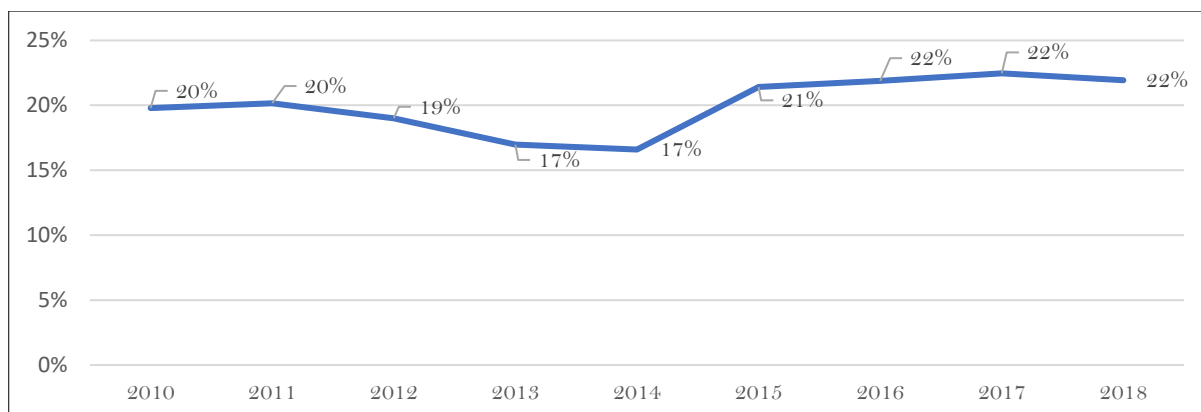
Considerando as políticas afirmativas vinculadas às questões étnico-raciais verificamos que os integrantes do grupo autodeclarados pretos em 2010 que fizeram a primeira fase do vestibular, 73% cursaram o ensino médio majoritariamente, ou totalmente, em escolas públicas. Neste ano, os candidatos autodeclarados brancos eram 56.115, ou seja, 78% do total de candidatos, onde 23.357 do sexo masculino e 32.758 do sexo feminino, uma diferença de 40%. Destes, 47% cursaram o ensino médio em instituições públicas e 10.816 foram convocados para a matrícula, que representou 81% do total de convocações daquele ano. Em 2010, 19% do total de candidatos autodeclarados brancos que prestaram o vestibular foram aprovados.

No último ano de nossa investigação, 2018, os candidatos autodeclarados pretos representaram 5% do total inscritos que prestaram a primeira fase, contando com 5.099 representantes, onde 2.071 declararam-se do sexo masculino e 3.028 do sexo feminino, 46% de diferença. Destes, 68% cursaram a maior parte ou totalmente o ensino médio em escolas públicas e ao final do certame 919 postulantes foram convocados para a matrícula, representando 5% do total de convocados daquele ano. Em 2018, 18% dos candidatos autodeclarados pretos que prestaram o vestibular foram aprovados, um aumento de 5% em relação a 2010, onde apenas 13% dos candidatos autodeclarados pretos haviam sido convocados a matrícula.

Em comparação, os autodeclarados brancos em 2018 eram 70.826 candidatos, ou 72% do total de inscritos que fizeram a primeira fase do vestibular, sendo 27.684 do sexo masculino e 43.142 do sexo feminino, ou seja, 56% de mulheres. Dos mais de 70 mil candidatos autodeclarados brancos daquele ano, 33% eram egressos do ensino médio público. Ao final do processo seletivo, 18% dos candidatos autodeclarados brancos que prestaram o vestibular foram aprovados e convocados à matrícula. Em números absolutos, do total dos 18.067 convocados à matrícula daquele ano 12.943 eram candidatos autodeclarados brancos (60% das convocações), dos quais 4837 eram egressos do ensino médio público.

Observamos que o número de mulheres pretas, em relação ao número de homens pretos, se ampliou de 23% em 2010 para 46% em 2018. Houve também um aumento no percentual de mulheres brancas em relação ao número de homens brancos no período de nossa investigação, que passou de 40% em 2010 para 56% em 2018. O que percebemos ao olhar para estes dados é que os espaços da universidade pública ainda são hegemonicamente brancos, com uma reduzida mudança nos últimos anos, pelo menos por parte de seus discentes pois, apesar da quantidade de candidatos autodeclarados pretos ter se ampliado timidamente, a proporção de candidatos autodeclarados brancos convocados para a matrícula foi reduzida em mais de 20% durante os anos da pesquisa.

Gráfico 3 – Evolução do percentual de diferença de acertos entre candidatos autodeclarados brancos e autodeclarados pretos por ano na 1ª fase (2010 a 2018).



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista. AVERSA, SOUZA, 2021.

Como podemos perceber em 2010 a diferença de desempenho entre brancos e pretos ao final da primeira fase do vestibular era de 20% no total de acertos e que, entre pequenas variações, evoluiu para 22% em 2018, sendo Ciências da Natureza e Matemática a área onde percebemos a maior evolução na disparidade dos resultados durante os anos analisados.

Destacamos o fato de que apesar do SRVEBP destinar 35% do total de vagas reservadas à candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, há uma variação pouco significativa de candidatos autodeclarados pretos convocados a matrícula em relação ao total entre 2010 e 2018, fato que reflete a profunda exclusão social que se manifesta no ingresso a universidade pública.

Tabela 2- Proporção de candidatos inscritos, convocados e sua variação por grupos analíticos - UNESP 2010 e 2018.

Grupos analíticos	2010 (A)		2018 (B)		Variação (A/B)	
	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.	Candid.	Convoc.
Autodeclarado pretos	3%	2%	5%	5%	2%	3%
Autodeclarados Brancos	78%	81%	72%	60%	(-6%)	(-21%)

Fonte: Dados do vestibular da UNESP, 2020. AVERSA, SOUZA, 2021.

Conforme os dados apresentados, observamos também que os candidatos autodeclarados brancos diminuíram levemente sua representatividade tanto entre o total de candidatos quanto entre os convocados à matrícula. Em 2010, 81% dos candidatos aprovados no vestibular se autodeclararam brancos. Este percentual foi reduzido progressivamente até chegar aos 60% no ano final da pesquisa.

Um grupo que não foi alvo de nossa investigação, mas tem grande representatividade é o de candidatos que se autodeclararam com pele parda. Estes

integram o conjunto dos participantes do processo seletivo e representam uma parcela considerável da totalidade. Em 2010 estes eram 9.365 candidatos, 13% do total de participantes da primeira fase do vestibular e destes, 1.498 foram aprovados, 11% do total de convocados à matrícula. Em 2018 os candidatos autodeclarados pardos contabilizaram 18.373, 19% dos participantes da primeira fase, e 3.224 convocados à matrícula, 18% do total. Este dado indica que a maior redução das vagas anteriormente vinculadas aos alunos brancos deve ter sido absorvida por alunos de cor parda. Evidentemente que não defendemos nenhuma tese de colorismo no campo da representação e da identidade étnica, mas esse “morenismo” brasileiro, acompanha as mudanças de desigualdade e inserção social. Este dado apenas reforça o racismo estrutural em nossa sociedade, ele segue traços étnicos, mas sua essencialidade é a cor, quanto mais preto, mais excluído. O restante dos candidatos que compõem o conjunto dos aspirantes ao ingresso no ensino superior público se declarou de pele amarela ou indígena.

Em relação aos candidatos egressos das escolas públicas o crescimento foi de 14 pontos percentuais no total de aprovados no vestibular nos anos de referência da pesquisa. É evidente a importância das políticas de reserva de vagas para a democratização do acesso ao ensino superior público, vis a vis a discrepante realidade em que o nosso sistema de ensino básico se encontra. Tornar acessível o espaço da universidade pública é passo fundamental em direção a justiça social, uma vez que

A introdução de quotas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada. (PINTO, 2004, p.753).

As reservas de vagas são especialmente importantes para as universidades públicas porque os custos deste nível de ensino, levando-se em consideração os dispêndios necessários aos anos de estudo, principalmente nas instituições privadas, são, como sabiamente relata a professora Whitaker (1983), um impeditivo que atinge apenas a parcela menos favorecida economicamente da população.

Para um estudante rico, a perspectiva de pagar anuidades nada tem de aterradora, mas para os filhos das camadas médias, principalmente em alguns setores em rápido processo de proletarização, a não existência da universidade gratuita pode significar a renúncia aos estudos superiores. (WHITAKER, 1983, p.129).

Neste sentido, não se trata, evidentemente, de concebemos o vestibular simplesmente como fenômeno elitista que, para integrar parcela da sociedade, deve reduzir seu rigor científico, mas repensar quais mecanismos podem ser criados antes e depois do acesso, para que esta parcela possa reparar os danos formativos apresentados diante de uma escola pública (fundamental e média) que também é excludente. Assim, nossa intensão aqui é a de elucidar as problemáticas envolvendo a escola pública em oposição à universidade pública, evidenciando o desarranjo entre estas esferas de ensino, sem que se perca o significado fundamento da universidade, baseado na liberdade de pesquisa investigativa e na divulgação científica.

Empregadas aos processos de ingresso às universidades públicas, as cotas não são somente uma política de reparação aos danos históricos ou simplesmente questão de justiça social aos assistidos pelo deficitário sistema de educação pública e aos mais pobres que foram historicamente excluídos do acesso à universidade, mas são também de interesse social no sentido da redução das desigualdades presentes em nosso contexto.

## Conclusões

Concluimos, com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, que os problemas referentes ao desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas no vestibular são mais profundos do que a forma pela qual os conteúdos são trabalhados e apresentados. A reformulação do vestibular está baseada na hipótese de que a aproximação entre os conteúdos das provas às propostas curriculares do estado de São Paulo surtiria efeitos positivos no desempenho dos candidatos egressos das escolas públicas paulistas. Com base na análise do desempenho, o que demonstramos é que o aumento do percentual dos convocados a matrícula deste grupo, de 30% em 2010 para 44% em 2018, é resultado do programa de reserva de vagas, e não da política de aproximação curricular, que não gerou resultados positivos no desempenho dos candidatos, nem combateu o problema da desigualdade de acesso via vestibular.

A pesquisa está fundamentada na análise do desempenho dos candidatos com a intenção de demonstrar que a política de aproximação curricular adotada em 2010 pela VUNESP, não se consolida como política afirmativa, pois não garantiu o acesso dos estudantes das escolas públicas na universidade pública, mas sim a política de cotas, uma vez que desproporções existentes entre os grupos referentes ao seu desempenho médio na primeira fase do vestibular aumentaram ou se conservaram. Além deste fato, é importante destacar o fato de que o descompasso entre o desempenho dos alunos egressos da rede pública e os egressos da rede privada está aumentando, o que é indicativo das políticas desastrosas que tem sido tomadas no âmbito do ensino básico público paulista vinculada à pedagogia liberal de habilidades e competências.

## Referências

- ALBUQUERQUE, M. A. M. et. al. *Manifesto Crítica às reformas neoliberais na Educação: prólogo do Ensino de Geografia*. 1. ed. Marília - SP: Lutas Anticapital, 2021. v. 1. p. 169.
- AZANHA, J. M. P. *Uma Ideia de Pesquisa Educacional*. Editora da Universidade de São Paulo 2. Ed., São Paulo/SP: 2011.
- CARVALHO, C. P. F.; RUSSO, M. H. Neoliberalismo e educação no Brasil: a política educacional do Estado de São Paulo. *Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación*, Ano 1 N°1, 2014, pp 94-104.
- CURY, I. L. R.; SOUZA, J. G. Vestibular da Unesp: conteúdos e desempenho dos candidatos nas provas objetivas de Geografia (2006-2012). In: *Anais XI Encontro Nacional da Anpge: a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*, Dourados -MS: UFGD, 2015. v. 1. p. 3855-3866.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias*. – 1 ed. Expressão Popular, São Paulo/SP: 2018.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo/SP, 2005.
- HASS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* vol.93 no.235 Brasília. Sept./Dec. 2012.
- OLIVEN, A. C. *Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil*. Porto Alegre/RS, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.
- LIMA, M. G. Uma leitura sobre propostas curriculares de geografia no Brasil: 1986-2018. *Revista eletrônica de recursos em internet sobre geografia e ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. nov. 2020. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/32713>.
- PARENTE, J. M. Políticas Educacionais de São Paulo: alguns aspectos da rede estadual de ensino. *Renove revista científica* v. n. 1 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/campusxix/article/view/3408>.
- PINTO, M. R. O Acesso à educação superior no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004.
- SANFELICE, J. L. A política educacional do estado de São Paulo: apontamentos. *Nuance: estudos sobre educação*. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010.
- SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. In MIZUSAKI, M. Y., ROMA, C. M., VIEIRA, A. B. *Questão agrária e práxis social no século XXI: impasses, desafios e perspectivas*. Curitiba: CRV, 2021, pp. 149 – 164.
- VUNESP. *Relatório Vestibular Unesp 2010*. v.1. São Paulo, 2010.
- WHITAKER, D.C.A. Universidade, vestibulares e ideologia. *Perspectivas*, São Paulo, 6:123-131, 1983.